

DA ALIENAÇÃO RELIGIOSA À CONSCIÊNCIA POLÍTICA: FEUERBACH E A LIBERTAÇÃO DO HOMEM AFRICANO

FROM RELIGIOUS ALIENATION TO POLITICAL CONSCIOUSNESS: FEUERBACH AND THE LIBERATION OF THE AFRICAN MAN

Ornélia Salomão Mazive
&
Alfredo C. Ramijo

RESUMO: O estudo analisa a relação entre religião, alienação e consciência política a partir do pensamento de Feuerbach, no contexto africano contemporâneo. Parte-se da ideia de que a religião, enquanto construção humana, constitui forma de autorrejeição da essência do homem, que projeta em Deus atributos próprios tornados absolutos. Segundo o autor, “o homem é o criador de Deus, mas ao criar, aliena a sua própria essência” (1841/1976, p. 42). Tal alienação sustenta submissão e exclusão. Defende-se que a superação deste processo promove consciência crítica, resistência a práticas opressivas e instituições democráticas inclusivas, fortalecendo cidadania e participação política em África.

PALAVRAS-CHAVE: Alienação; Religião; Consciência política; Emancipação; África.

ABSTRACT: This study analyses the relationship between religion, alienation and political consciousness based on the thought of Ludwig Feuerbach within the contemporary African context. It assumes that religion, as a human construction, represents a form of self-denial of human essence, whereby individuals project their own attributes onto God as absolute realities. According to the author, “man is the creator of God, but in creating Him, he alienates his own essence” (1841/1976, p. 42). Such alienation underpins submission and exclusion. Overcoming this process fosters critical awareness, resistance to oppressive practices and the development of inclusive democratic institutions, thereby strengthening citizenship and political participation in Africa.

Editor
[Bernardino Cordeiro Feliciano](#)

KEYWORDS: Alienation; Religion; Political consciousness; Emancipation; Africa.

DA ALIENAÇÃO RELIGIOSA À CONSCIÊNCIA POLÍTICA: FEUERBACH E A LIBERTAÇÃO DO HOMEM AFRICANO

Ornélia Salomão Mazive¹
Alfredo C. Ramijo²

Introdução

A análise da religião na condição de autorrejeição da essência do homem constitui um campo central para compreender as relações entre consciência individual, estruturas sociais e dinâmicas políticas. No pensamento de Ludwig Feuerbach, a religião não é apenas um conjunto de crenças, mas uma projeção do próprio homem, que transfere para uma entidade divina atributos que lhe pertencem, alienando-se de sua essência. Essa alienação não se limita ao plano metafísico, mas tem consequências práticas e sociais, determinando formas de submissão, hierarquização e conformidade que podem limitar a autonomia dos indivíduos e a construção de sociedades mais justas e inclusivas. A reflexão sobre este fenómeno torna-se particularmente relevante no contexto africano, marcado por uma história de colonização, hegemonias religiosas e desafios persistentes à emancipação política e social.

Feuerbach entende que o homem cria Deus como uma extensão de si próprio, mas como se fosse algo exterior e oposto à sua própria natureza. Nesta lógica, Deus é concebido como infinito, perfeito e eterno, enquanto o homem se percebe finito, imperfeito e transitório, estabelecendo uma distância simbólica entre a essência humana e a sua própria realização. Esta projeção e inversão da própria natureza implica um desconhecimento ou negação da própria essência, o que Feuerbach designa como autorrejeição. No contexto africano, este processo de alienação pode ser observado em práticas sociais e políticas onde a religião, muitas vezes instrumentalizada, legitima estruturas de poder, perpetua desigualdades e limita a construção de uma consciência crítica e participativa.

A religião, enquanto fenómeno social, desempenha um papel ambivalente nas sociedades africanas. Por um lado, constitui fonte de coesão, identidade cultural e moral; por outro, pode servir de mecanismo de dominação, moldando comportamentos, influenciando decisões políticas e limitando a capacidade de resistência social. A reflexão sobre a alienação

¹ Licenciada em Ensino de Filosofia com Habilitação em Ética pela Universidade Pedagógica de Maputo, 2024.

² Doutor em Filosofia e docente de Filosofia da Religião na UP-Maputo.

religiosa permite compreender como a internalização de valores e normas religiosas pode reproduzir desigualdades, restringir o protagonismo dos indivíduos e condicionar a participação cidadã, dificultando a emancipação política e o exercício da liberdade individual.

A perspectiva de Feuerbach oferece uma chave interpretativa para analisar a relação entre religião e política, ao sugerir que a libertação do homem implica o reconhecimento e a apropriação da própria essência. Esse reconhecimento é condição para o desenvolvimento de consciência crítica e da capacidade de intervenção política. Em África, onde as estruturas sociais e religiosas foram profundamente marcadas pelo colonialismo e pelo neocolonialismo, a apropriação da própria essência torna-se um elemento central para a construção de uma cidadania activa e para o fortalecimento de democracias inclusivas, capazes de responder às necessidades concretas das populações.

A transformação da alienação religiosa em consciência política não é apenas um processo individual, mas social e coletivo. Requer a articulação entre educação, mobilização comunitária e reflexão crítica sobre os sistemas de poder existentes. O desafio reside em identificar mecanismos que permitam ao homem africano reconhecer o seu potencial, questionar estruturas de dominação e participar de forma activa na política, não apenas como eleitor, mas como agente de transformação social. A filosofia de Feuerbach, ao centrar-se na essência humana e na projecção do divino como espelho do próprio homem, fornece um enquadramento teórico para pensar estas estratégias de emancipação.

Finalmente, este estudo propõe explorar como a compreensão da alienação religiosa à luz de Feuerbach pode contribuir para a libertação do homem africano, transformando a reflexão filosófica em prática política concreta. Ao analisar as formas de autorrejeição da essência humana e a sua relação com o poder e a política, pretende-se demonstrar que a consciência crítica, a valorização da própria essência e a participação activa na vida comunitária constituem elementos fundamentais para fortalecer a cidadania e promover sociedades africanas mais justas, equitativas e politicamente autónomas.

A Alienação Religiosa Como Forma de Autorrejeição do Homem

A compreensão da religião enquanto fenómeno social e filosófico encontra em Feuerbach uma inflexão crítica decisiva, ao deslocar o centro da reflexão do transcendente

para a essência humana. Segundo Feuerbach, “o homem cria Deus à sua própria imagem, projectando nele os atributos que pertencem à sua própria essência, mas como se fossem externos a si” (Feuerbach, 2007, p. 45). Esta formulação inaugura uma leitura antropológica da religião, na qual o divino deixa de ser compreendido como realidade autónoma e passa a ser interpretado como objectivação simbólica das potencialidades humanas. A religião revela-se, assim, como espelho invertido do próprio homem.

A projecção dos atributos humanos em Deus implica, todavia, um movimento de cisão interna. Ao exteriorizar a sua essência, o sujeito fragmenta-se e passa a relacionar-se consigo mesmo como se estivesse diante de um outro absoluto. Este processo constitui aquilo que o autor designa por autorrejeição, isto é, a negação prática da própria natureza. A transcendência divina converte-se, deste modo, em mecanismo simbólico de distanciamento, no qual o homem se contempla empobrecido perante a perfeição que ele próprio idealizou.

A alienação religiosa, nesta perspectiva, não se reduz a uma construção teórica abstracta, mas produz efeitos concretos na organização da vida social. Ao atribuir ao divino qualidades como justiça, bondade e onipotência, o homem retira de si a responsabilidade de as realizar historicamente. Conforme assinala Alves, “a alienação religiosa constitui um obstáculo à plena consciência do homem sobre si mesmo, restringindo a sua liberdade de pensamento e a sua intervenção no mundo” (Alves, 2010, p. 73). A consequência é a limitação da autonomia crítica e a consolidação de uma atitude de dependência face a normas percebidas como exteriores e absolutas.

No contexto africano contemporâneo, esta dinâmica assume contornos particularmente significativos, em virtude da centralidade histórica da religião na estruturação das comunidades. Observa-se que determinadas lideranças religiosas desempenham funções que ultrapassam o domínio espiritual, intervindo na legitimação de hierarquias políticas e sociais. Conforme observa Borges, “há conflitos em muitas confissões religiosas no país, resultado de interpretações divergentes e da instrumentalização da fé para legitimar posições de poder” (Borges, 2023). A fé, assim instrumentalizada, converte-se em recurso simbólico de consolidação de autoridade.

Feuerbach aprofunda esta análise ao sustentar que “a essência de Deus é a essência humana negada e transformada em objecto exterior” (Feuerbach, 2007, p. 63). Nesta

formulação, evidencia-se que o conteúdo do divino não é senão a própria humanidade idealizada, deslocada para fora de si. O homem reconhece em Deus aquilo que, na realidade, constitui o seu próprio ser, mas fá-lo sob a forma de alteridade absoluta. Tal movimento reforça a percepção de finitude e dependência, produzindo uma consciência fragmentada.

A dimensão ritual da religião contribui para consolidar esta alienação. Práticas simbólicas, narrativas míticas e actos de devoção reiteram quotidianamente a distância entre o humano e o divino. Ngoma Flesh (2023), ao relatar práticas extremas de fé em África, demonstra como a crença pode conduzir indivíduos a aceitar riscos extremos, confiando numa intervenção sobrenatural que suplanta a própria responsabilidade. Tais episódios ilustram, de forma dramática, a inversão da centralidade do homem sobre a sua própria existência.

A religião, enquanto instituição social, pode igualmente desempenhar função disciplinadora. Zilles observa que “a religião, ao instituir normas externas, pode funcionar como mecanismo de controle social, reforçando desigualdades e legitimando a autoridade de poucos sobre muitos” (Zilles, 2004, p. 102). No contexto africano, onde a pertença comunitária assume elevada densidade simbólica, esta função normativa adquire especial relevância, articulando-se com estruturas políticas e económicas preexistentes.

A instrumentalização da fé, conforme sustenta Figueiredo, “transforma a experiência religiosa numa projecção de desejos e medos humanos, tornando o indivíduo incapaz de reconhecer a sua própria essência” (Figueiredo, 2015, p. 88). A religião deixa, assim, de ser espaço de reflexão existencial para se converter em mecanismo de compensação simbólica. O sujeito, ao procurar no transcendente a resolução das suas angústias, distancia-se da possibilidade de agir historicamente para transformar a realidade.

Importa, contudo, sublinhar que o ateísmo antropológico feuerbachiano não se reduz a mera negação da religião. Como afirma Souza, “o ateísmo antropológico de Feuerbach não pretende eliminar a religião, mas revelar que a divindade não é outra senão a projecção do homem sobre si mesmo” (Souza, 1998, p. 52). Esta clarificação teórica permite reinterpretar criticamente as práticas religiosas africanas, sem ignorar a sua dimensão cultural, mas problematizando o seu potencial de reprodução de submissão colectiva.

A intersecção entre religião e política torna-se particularmente evidente quando discursos teológicos são mobilizados para legitimar decisões governativas ou reforçar lealdades partidárias. A Bíblia Sagrada apresenta, em diversas passagens, a obediência a Deus como princípio supremo (Bíblia Sagrada, 2000, p. 19), o que pode ser interpretado, em certos contextos, como fundamento de obediência irrestrita a autoridades que se apresentam como mediadoras do sagrado. Esta transposição simbólica contribui para naturalizar hierarquias.

A superação da alienação religiosa exige, segundo Feuerbach, um movimento consciente de reapropriação da própria essência. O autor sustenta que “a libertação do homem exige a recuperação da sua essência, o reconhecimento de que os atributos projectados em Deus pertencem a si mesmo” (Feuerbach, 2007, p. 71). Trata-se de um processo de reconciliação do sujeito consigo próprio, no qual a consciência deixa de se fragmentar entre humano e divino e assume a responsabilidade histórica pelas suas criações simbólicas.

Este movimento de reconciliação possui implicações políticas directas. Ao reconhecer-se como autor das categorias que estruturam o mundo religioso, o homem adquire capacidade crítica para questionar estruturas de dominação legitimadas pelo discurso sagrado. A consciência individual pode, assim, transformar-se em consciência colectiva, orientada para a construção de instituições mais inclusivas e democráticas.

A persistência de conflitos inter-religiosos e disputas por legitimidade espiritual em África evidencia que a alienação religiosa continua a exercer influência nas dinâmicas sociais. O estudo de Borges (2023) demonstra como interpretações dogmáticas podem limitar a participação comunitária e reforçar exclusões. A análise filosófica revela-se, portanto, indispensável para compreender a complexidade destas interacções.

A reflexão feuerbachiana oferece instrumentos conceptuais rigorosos para examinar a relação entre fé, poder e emancipação. Ao deslocar o foco da transcendência para a humanidade concreta, propõe-se uma leitura que não destrói a religião, mas a reinscreve no horizonte antropológico. O reconhecimento da religião como criação humana permite desmistificar mecanismos de dominação e abrir espaço à autonomia crítica.

Conclui-se que a alienação religiosa, entendida como autorrejeição da essência humana, constitui fenómeno com profundas repercussões sociais e políticas no contexto africano. A recuperação consciente da própria natureza, conforme preconizado por Feuerbach, possibilita a transformação da fé em instrumento de esclarecimento e não de submissão. Ao reapropriar-se das qualidades que projectou no divino, o homem pode fortalecer a cidadania, ampliar a participação política e contribuir para a edificação de sociedades mais justas e reflexivas.

A Intersecção Entre Religião, Poder e Estruturas Sociais em África

A religião tem desempenhado, ao longo da história africana, uma função estruturante na configuração das formas de autoridade, dos sistemas normativos e das hierarquias sociais. Longe de se limitar ao domínio da crença privada, ela institui referenciais simbólicos que orientam comportamentos colectivos e fundamentam legitimidades políticas. Conforme Alves, “a religião atua como mediadora social, instituindo normas e valores que organizam a vida comunitária, mas também podem reforçar hierarquias e desigualdades” (Alves, 2010, p. 72). Esta dupla dimensão - organizadora e potencialmente desigual - revela a ambivalência constitutiva da experiência religiosa nas sociedades africanas contemporâneas.

A mediação religiosa opera, assim, como instância de regulação moral e de legitimação simbólica do poder. Ao estabelecer códigos de conduta e modelos de obediência, as instituições religiosas participam activamente na produção de consensos sociais. Todavia, tal produção de consenso não é neutra, pois tende a consolidar determinadas posições de autoridade, frequentemente sacralizadas, e a limitar a emergência de discursos alternativos. A organização da vida comunitária sob referenciais religiosos pode, deste modo, converter-se em mecanismo subtil de naturalização de assimetrias sociais.

A leitura antropológica da religião proposta por Ludwig Feuerbach oferece instrumentos conceptuais decisivos para compreender esta dinâmica. Segundo Feuerbach, “a essência da religião é a projecção da essência humana sobre o divino, transformando o homem em objeto de si mesmo” (Feuerbach, 2007, p. 55). Ao projectar no divino as suas próprias qualidades, o homem aliena-se, passando a reconhecer como exterior aquilo que constitui a sua própria natureza. Esta exteriorização funda uma relação de dependência simbólica que pode ser mobilizada na estruturação do poder social.

A projecção feuerbachiana não é apenas um fenómeno psicológico, mas assume relevância política. Quando atributos como justiça, autoridade e verdade são atribuídos a instâncias transcendentais, abre-se espaço para que representantes religiosos reivindiquem a mediação exclusiva desses valores. Em muitos contextos africanos, tal mediação reforça formas de liderança que combinam autoridade espiritual e influência política, moldando a consciência colectiva segundo parâmetros teologicamente legitimados.

A influência da religião sobre a cidadania torna-se particularmente visível quando normas espirituais se sobrepõem às normas civis. A Bíblia Sagrada exorta os fiéis a “obedecer a Deus acima de todas as coisas” (Bíblia Sagrada, 2000, p. 19), princípio que, em determinadas leituras, pode fundamentar uma hierarquização das lealdades, colocando a autoridade religiosa acima das instituições democráticas. Tal enquadramento simbólico revela a tensão entre fidelidade espiritual e autonomia política.

A persistência de conflitos interconfessionais demonstra que o campo religioso constitui igualmente espaço de disputa por poder e reconhecimento. Borges observa que “há conflitos em muitas confissões religiosas no país, gerando divisões internas e externas que refletem tensões sociais mais amplas” (Borges, 2023). Estas tensões evidenciam que as instituições religiosas participam activamente nas dinâmicas de competição por legitimidade, influência e recursos, afectando directamente a coesão social.

A alienação religiosa, conforme aprofundada por Feuerbach, intensifica esta problemática. O filósofo sustenta que “a essência de Deus é a essência humana negada e transformada em objecto exterior, de tal modo que o homem, ao adorar o divino, curva-se diante da sua própria natureza alienada, reconhecendo como absoluto aquilo que ele mesmo produziu” (Feuerbach, 2007, p. 63). Esta formulação evidencia a dimensão paradoxal da fé alienada: o sujeito submete-se àquilo que é, em última instância, criação sua.

Tal submissão pode adquirir contornos dramáticos em contextos onde a autoridade religiosa é absolutizada. O caso relatado por Ngoma Flesh (2023), referente ao pastor enterrado vivo na Zâmbia, ilustra a internalização extrema de uma lógica de dependência sobrenatural. A expectativa de intervenção divina, mesmo diante de risco evidente, manifesta o grau de poder simbólico que determinadas lideranças exercem sobre os fiéis, condicionando decisões que afectam a própria sobrevivência.

A religião, enquanto sistema institucionalizado, articula-se com mecanismos de controlo social. Zilles afirma que “as religiões estruturam mecanismos de controle social que podem legitimar desigualdades e concentrar poder em poucos indivíduos” (Zilles, 2004, p. 102). Esta observação reforça a tese de que o sagrado não opera apenas como referência espiritual, mas como dispositivo regulador de comportamentos, capaz de consolidar posições dominantes e de limitar a circulação do poder.

No mesmo sentido, Figueiredo sublinha que “a política da fé muitas vezes projeta valores humanos sobre figuras divinas, criando relações de dependência e submissão que atravessam gerações” (Figueiredo, 2015, p. 88). A transmissão intergeracional de tais padrões contribui para a reprodução de estruturas hierárquicas, dificultando processos de renovação democrática e de questionamento crítico das autoridades estabelecidas.

A crítica feuerbachiana ao ateísmo antropológico clarifica o horizonte desta análise. Conforme Souza, “a crítica de Feuerbach ao ateísmo antropológico revela que a divindade não é outra senão a projeção das capacidades humanas, oferecendo pistas para a compreensão da instrumentalização da fé” (Souza, 1998, p. 52). Ao reconhecer a origem humana do divino, abre-se possibilidade de reinterpretar o fenómeno religioso como construção histórica, sujeita a crítica e transformação.

A educação moral promovida pelas instituições religiosas desempenha igualmente papel ambivalente. Conforme Alves, “a internalização de regras divinas pode servir tanto como orientação ética quanto como instrumento de controle, dependendo do contexto político e social em que se insere” (Alves, 2010, p. 74). Esta ambiguidade exige análise rigorosa das condições concretas em que a fé é mobilizada, evitando generalizações simplistas.

A emancipação política, nesta perspectiva, implica um processo de desalienação. Feuerbach defende que “a libertação do homem exige a recuperação da sua essência, o reconhecimento de que os atributos projetados em Deus pertencem a si mesmo, para que deixe de se curvar diante da sua própria imagem divinizada e assuma plenamente a responsabilidade pela construção do mundo social” (Feuerbach, 2007, p. 71). Esta reapropriação simbólica constitui fundamento de autonomia e de maturidade cívica.

No contexto africano, tal reapropriação significa reconhecer a religião como dimensão cultural relevante, mas não como instância incontestável de poder. A consciência política fortalece-se quando os cidadãos distinguem entre fé pessoal e legitimação institucional de decisões públicas. A superação da alienação não implica necessariamente a rejeição da religião, mas a sua reinscrição no horizonte da responsabilidade humana.

Conclui-se que a intersecção entre religião, poder e estruturas sociais em África revela uma trama complexa de mediações simbólicas, disputas de autoridade e processos de legitimação. As citações analisadas demonstram que a religião pode organizar a vida comunitária e oferecer sentido existencial, mas também reforçar hierarquias e limitar a participação autónoma. A partir da crítica feuerbachiana e dos contributos contemporâneos, impõe-se uma abordagem rigorosa que articule fé, razão e cidadania, promovendo sociedades mais justas, conscientes e democraticamente participativas.

Da Reflexão Filosófica à Emancipação e Consciência Política

A reflexão filosófica inspirada em Ludwig Feuerbach oferece um horizonte teórico particularmente fecundo para compreender a transição da alienação religiosa para a emancipação e para a consolidação de uma consciência política crítica. Segundo Feuerbach, “a libertação do homem exige a recuperação da sua essência, o reconhecimento de que os atributos projetados em Deus pertencem a si mesmo” (Feuerbach, 2007, p. 71). Esta afirmação condensa o núcleo da proposta feuerbachiana: a emancipação não se realiza pela negação abstracta da religião, mas pela reapropriação consciente das qualidades humanas indevidamente exteriorizadas no divino.

A recuperação da essência implica um movimento de interiorização crítica, mediante o qual o sujeito reconhece que as perfeições atribuídas a Deus são, na realidade, expressões idealizadas da sua própria natureza. Tal reconhecimento desestabiliza a lógica da dependência simbólica e abre espaço para a autonomia racional. Em contextos africanos, onde a religião permanece fortemente imbricada nas normas sociais e nas estruturas de autoridade, esta operação crítica assume relevância decisiva para a formação de uma cidadania activa e esclarecida.

A mediação social exercida pela religião deve, neste quadro, ser analisada com rigor. Conforme Alves, “a religião atua como mediadora social, instituindo normas e valores que organizam a vida comunitária, mas também podem reforçar hierarquias e desigualdades” (Alves, 2010, p. 72). Esta ambivalência exige discernimento filosófico, pois aquilo que organiza e orienta pode igualmente subordinar e excluir. A consciência política nasce precisamente da capacidade de distinguir entre orientação ética legítima e legitimação ideológica da desigualdade.

A crítica feuerbachiana à essência da religião esclarece este processo ao afirmar que “a essência da religião é a projeção da essência humana sobre o divino, transformando o homem em objeto de si mesmo” (Feuerbach, 2007, p. 55). Ao converter-se em objecto da sua própria projecção, o homem perde a centralidade da sua condição histórica e submete-se a uma imagem idealizada que ele próprio produziu. A emancipação consiste, portanto, na superação desta objectivação alienante.

A articulação entre ética e política emerge, neste contexto, como consequência directa da desalienação. Quando o indivíduo reconhece a origem humana dos valores que estruturam a religião, assume igualmente a responsabilidade pela sua concretização no espaço público. A ética deixa de ser mera obediência a mandamentos transcendentais e converte-se em compromisso consciente com a justiça, a igualdade e a dignidade humanas.

A análise das dinâmicas religiosas em África confirma a pertinência desta abordagem. Borges observa que “há conflitos em muitas confissões religiosas no país, gerando divisões internas e externas que refletem tensões sociais mais amplas” (Borges, 2023). Tais conflitos revelam que o campo religioso é igualmente espaço de disputa por poder e influência, exigindo dos cidadãos capacidade crítica para interpretar interesses subjacentes e intervir de forma esclarecida.

A crítica antropológica desenvolvida por Souza reforça este ponto ao sustentar que “a divindade não é outra senão a projeção das capacidades humanas” (Souza, 1998, p. 52). Ao reconhecer que o conteúdo do divino é constituído por atributos humanos idealizados, o sujeito recupera a sua agência histórica. Esta recuperação não destrói necessariamente a experiência religiosa, mas reinscreve-a no horizonte da responsabilidade humana.

A ausência de tal consciência pode conduzir a formas extremas de submissão. O caso relatado por Ngoma Flesh (2023), referente ao pastor enterrado vivo na Zâmbia, ilustra como a internalização acrítica da autoridade religiosa pode comprometer a autonomia individual. A expectativa de intervenção sobrenatural, mesmo diante de riscos evidentes, evidencia o grau de poder simbólico que determinadas interpretações religiosas podem exercer sobre a vida concreta.

A educação filosófica apresenta-se, assim, como instrumento indispensável de emancipação. Conforme Figueiredo, “a política da fé muitas vezes projeta valores humanos sobre figuras divinas, criando relações de dependência e submissão que atravessam gerações” (Figueiredo, 2015, p. 88). A formação crítica permite interromper esta transmissão acrítica de padrões de dependência, promovendo uma cultura de questionamento e responsabilidade.

Também Zilles chama a atenção para a dimensão estrutural do fenómeno ao afirmar que “as religiões estruturam mecanismos de controle social que podem legitimar desigualdades e concentrar poder em poucos indivíduos” (Zilles, 2004, p. 102). A consciência política exige, portanto, a desnaturalização desses mecanismos, identificando-os como construções históricas susceptíveis de transformação.

A emancipação política não se esgota no plano individual, mas projecta-se na reorganização das instituições. Conforme Alves, “a internalização de regras divinas pode servir tanto como orientação ética quanto como instrumento de controle, dependendo do contexto político e social em que se insere” (Alves, 2010, p. 74). A tarefa crítica consiste em assegurar que tais regras contribuam para a dignidade humana e não para a perpetuação de assimetrias.

O próprio Feuerbach aprofunda esta exigência ao sustentar que “a essência de Deus é a essência humana negada e transformada em objeto exterior, de modo que o homem, ao reconhecer esta inversão, pode reconquistar a si mesmo e restituir à humanidade aquilo que alienou no céu” (Feuerbach, 2007, p. 63). Esta formulação evidencia que a reconquista da essência humana constitui acto simultaneamente filosófico e político.

A transformação da alienação em consciência crítica encontra ainda eco em Souza, quando afirma que “a compreensão da religião como projecção humana permite transformar a

alienação em consciência crítica e ação social” (Souza, 1998, p. 58). O reconhecimento da origem humana do sagrado converte-se, assim, em fundamento de participação activa e de intervenção responsável na esfera pública.

No contexto africano, tal transformação implica fortalecer processos educativos, incentivar o debate público e promover a distinção entre fé pessoal e legitimação política. A consciência política amadurece quando o cidadão compreende que as estruturas de poder não são sacralmente imutáveis, mas historicamente construídas e, por isso, passíveis de reforma.

Conclui-se que a passagem da reflexão filosófica à emancipação e à consciência política constitui processo complexo, mas indispensável para a consolidação de sociedades democráticas. A partir das formulações de Feuerbach e dos contributos contemporâneos analisados, evidencia-se que a recuperação da essência humana, a crítica das projecções religiosas e a articulação entre ética e política configuram um caminho rigoroso para a construção de cidadania esclarecida, participação activa e justiça social em África.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo do artigo evidencia que a religião, enquanto fenómeno social e cultural, desempenha um papel central na configuração da consciência humana, mas também funciona como instrumento de autorrejeição e limitação da autonomia individual. A compreensão feuerbachiana da religião permite reconhecer que muitos atributos e poderes atribuídos ao divino não são externos ao homem, mas projecções das suas próprias potencialidades. Esta percepção revela o carácter profundamente alienante da fé acrítica, especialmente em contextos africanos, onde a religiosidade permeia a vida quotidiana, os sistemas de autoridade e as relações sociais.

A projecção de atributos humanos em Deus, quando não mediada pela reflexão crítica, conduz à negação da própria essência, condicionando comportamentos e escolhas do indivíduo. Tal dinâmica cria padrões de submissão e passividade que se estendem para além do âmbito religioso, influenciando estruturas políticas e sociais. Em muitos países africanos, estas práticas consolidam hierarquias desiguais, reforçam a exclusão e dificultam o exercício pleno da cidadania, perpetuando ciclos de dependência simbólica e material.

O exame da intersecção entre religião, poder e estruturas sociais demonstra que as instituições religiosas possuem influência decisiva sobre a organização colectiva e a regulação da vida pública. A religião, enquanto construto social, molda comportamentos, legitima desigualdades e condiciona a participação política, frequentemente obscurecendo a capacidade crítica dos indivíduos. Esta constatação implica que a emancipação política não pode ser concebida isoladamente das dimensões culturais e simbólicas que estruturam a vida comunitária.

A reflexão filosófica proposta por Feuerbach oferece um caminho para transformar a alienação em consciência política. Ao compreender que os atributos projectados em Deus são expressão da própria essência humana, os indivíduos podem recuperar a sua agência, reconhecer a capacidade de criar sentido e afirmar a autonomia. Este movimento de autocompreensão constitui a base para a construção de uma consciência política crítica, capaz de questionar autoridades, resistir a mecanismos de controlo e engajar-se em processos de decisão colectiva.

A apropriação da própria essência, enquanto prática ética e política, exige articulação entre crítica religiosa e engajamento social. Este processo não é linear nem imediato; implica educação, reflexão contínua e capacidade de interrogar tradições, dogmas e normas sociais. A consciência política surge, portanto, como resultado de um esforço constante de autoafirmação, de reinterpretação de símbolos e da reconexão entre indivíduo e comunidade, visando à transformação das relações de poder existentes.

Em contextos africanos, a construção de consciência política enfrenta desafios específicos. A religiosidade ainda exerce grande influência sobre decisões políticas e modos de vida, e estruturas de poder utilizam frequentemente símbolos e narrativas religiosas para legitimar desigualdades. Assim, a reflexão filosófica torna-se ferramenta estratégica, permitindo identificar práticas de alienação, compreender as suas origens e desenvolver caminhos de resistência e autonomia, tanto individuais quanto colectivos.

A consciencialização da própria agência humana, ao desmontar a projecção de poderes divinos, não apenas liberta o indivíduo, mas também tem implicações sociais profundas. A emancipação pessoal cria possibilidades para a reorganização das comunidades, para a contestação de hierarquias injustas e para a promoção de um espaço público mais

inclusivo. A crítica feuerbachiana funciona, nesse sentido, como lente para analisar relações de dominação e abrir espaço para a participação activa, responsável e consciente.

O fortalecimento da cidadania política e da participação activa depende do reconhecimento das próprias capacidades e da reflexão crítica frente a estruturas simbólicas e institucionais. A emancipação do homem africano exige simultaneamente libertação interior e transformação das condições externas que reproduzem dependência e submissão. A consciência política emerge como síntese entre autocompreensão e acção colectiva.

A abordagem crítica evidencia que a transformação não se limita à esfera individual. A consolidação de democracias inclusivas e participativas requer a construção de instituições sensíveis às realidades sociais e culturais das comunidades. Sem esta articulação entre sujeito e sociedade, entre ética pessoal e organização colectiva, corre-se o risco de perpetuar uma democracia formal, descolada da vida concreta, que reproduz hierarquias e marginalizações.

A reflexão proposta indica ainda que a educação política e filosófica é condição essencial para a emancipação. A capacidade de questionar, interpretar e agir sobre estruturas de poder depende da formação de sujeitos capazes de compreender as próprias projecções, analisar criticamente as instituições e intervir no espaço público com consciência ética e política. Tal educação deve integrar dimensões culturais, históricas e simbólicas, considerando a diversidade de experiências presentes nas sociedades africanas.

O percurso analítico demonstrou que a alienação religiosa e a consciência política não são opostos absolutos, mas etapas de um mesmo processo. O reconhecimento da própria essência possibilita a emancipação individual, que, por sua vez, habilita a participação colectiva e a transformação social. Este ciclo evidencia que a libertação humana e a construção de democracia genuína estão intrinsecamente ligadas, sendo a reflexão filosófica instrumento capaz de mediar esta transição.

Finalmente, conclui-se que a libertação do homem africano, enquanto processo de emancipação e afirmação política, exige articulação entre crítica filosófica, reflexão sobre a religiosidade e engajamento social. O fortalecimento da consciência política, baseado na apropriação da própria essência, revela-se não apenas como imperativo ético, mas como condição estrutural para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e participativas, onde indivíduo e comunidade se reconhecem mutuamente como agentes de transformação.

Referências Bibliográficas

ALVES, Wodson Vieira (2010). **A crítica feuerbachiana da religião: um contributo à compreensão do conceito de alienação religiosa**. Revista Electrónica Espaço Teológico, ISSN 2177-952X, Maio, pp. 71–76. São Paulo.

AAVV (2000). **Bíblia Sagrada** - Nova Versão Internacional. São Paulo.

BORGES, Amândio (2023). **Há conflitos em muitas Confissões Religiosas no país**. Jornal O País - Grupo Soico. Maputo. Disponível em: <https://opais.co.mz/ha-conflitos-em-muitas-confissoes-religiosas-no-pais/>. Acesso em 17 de Setembro de 2023.

DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André (2001). **Dicionário de Filosofia**. Dicionários Temáticos. Porto: Porto Editora.

FEUERBACH, Ludwig (2007). **A Essência do Cristianismo**. Tradução e notas de José da Silva Brandão. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.

FIGUEIREDO, Chrysantho Sholl (2015). **A essência da espécie: Ludwig Feuerbach e a Filosofia da Encarnação de Deus em Hegel**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

NGOMA FLESH (2023). **Pastor enterrado vivo na Zâmbia na expectativa de ressuscitar no 3.º dia. Redes Sociais - Facebook**. Disponível em: <https://web.facebook.com/Ngomafresh/photos/>. Acesso em 19 de Setembro de 2023.

SOUZA, Draiton Gonzaga de (1998). **O ateísmo antropológico de Ludwig Feuerbach**. 2.^a ed. Porto Alegre: EDIPUCRS.

ZILLES, Urbano (2004). **Filosofia da Religião**. São Paulo: Editora Paulus.